

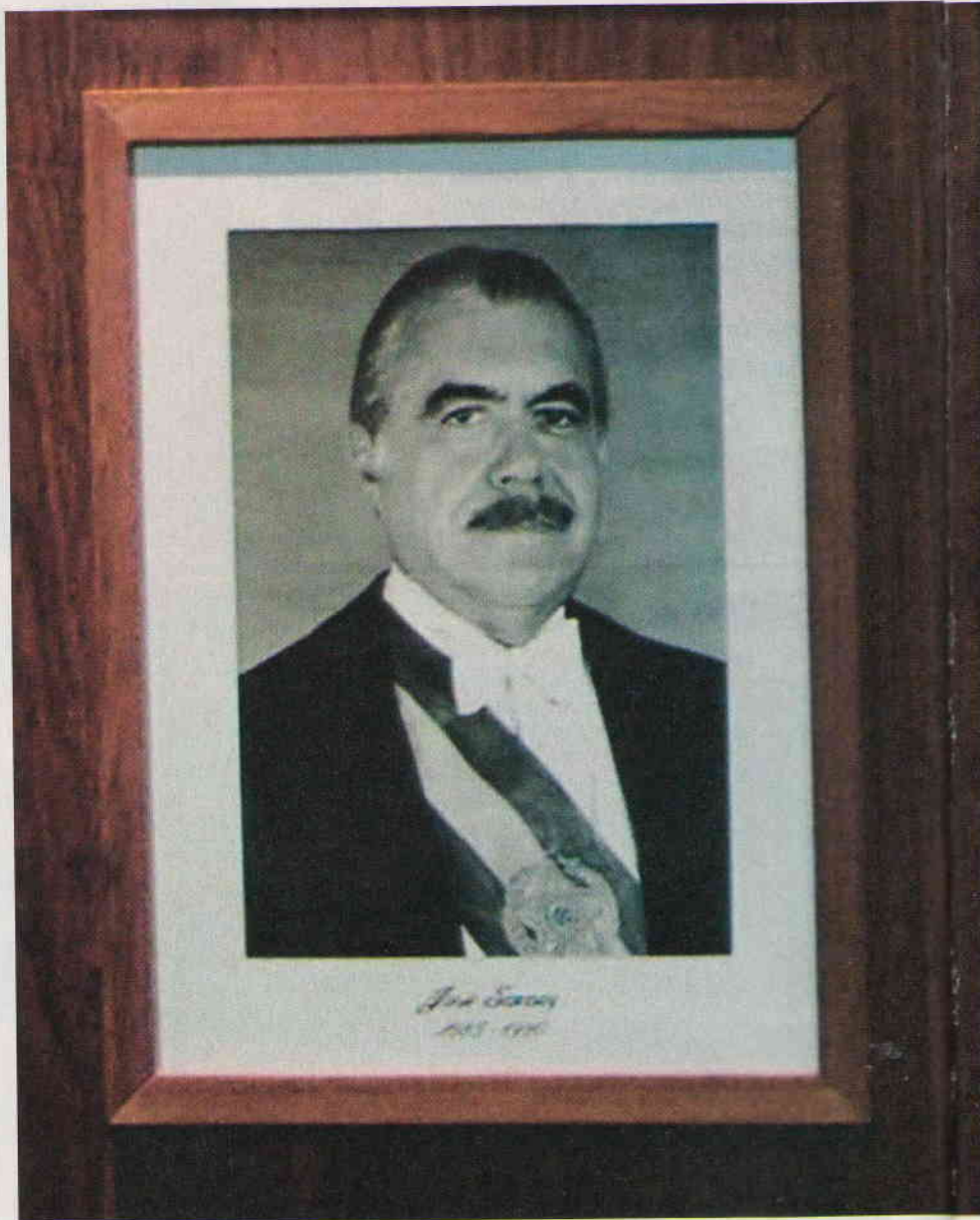
**M**anter segredos por algum tempo é estratégico para qualquer país. Conservar esses segredos por prazo indefinido, no entanto, é uma distorção na democracia. Esse desvio é comum no Brasil, por causa da resistência à transparência e do secretismo em torno de atos que deveriam ser de conhecimento de todos, velhos vícios incrustados na administração pública brasileira. Quase três décadas após o fim do regime militar (1964-1985), a maior parte dos documentos oficiais produzidos permanece desconhecida. Há dois anos, descobriu-se que o Senado editou mais de 200 atos administrativos, que distribuíram benesses, queimaram dinheiro público e foram mantidos em segredo – contra o que manda a lei. Na semana passada, esses velhos vícios se manifestaram mais uma vez. Depois de sofrer pressões políticas comandadas por dois ex-presidentes, o governo Dilma recuou na disposição de aprovar rapidamente o Projeto de Lei 41, em tramitação no Senado, conhecido como Lei de Acesso à Informação. O fantasma criado por prejuízos que poderiam ser causados pela divulgação de documentos históricos serviu para brechar uma lei que moderniza a relação do Estado com os brasileiros.

Proposto em 2004 pela organização Transparência Brasil à Controladoria-Geral da União (CGU), o projeto cria uma lei que melhora o acesso dos cidadãos a dados públicos. Seu objetivo é criar meios de alguém saber, por exemplo, quanto a prefeitura de sua cidade paga à empreiteira que reforma uma avenida. Ao sair da Casa Civil da Presidência, no governo Lula, o projeto ganhou um acréscimo para regulamentar o acesso a documentos históricos. Foram reduzidas as categorias para classificação de documentos considerados sigilosos e os prazos que eles podem permanecer ocultos do público. O prazo para os mais sensíveis, chamados de ultrassecretos, caiu de 30 para 25 anos. Mas o segredo poderia ser renovado indefinidamente em casos especiais – o que manteria a possibilidade de documentos ficarem cobertos por um sigilo eterno. Ao

votar o projeto, no ano passado, a Câmara dos Deputados derrubou essa prorrogação por prazo indefinido e limitou-a a apenas uma renovação. Nenhum documento ficaria mais de 50 anos em segredo.

A mudança feita pelos deputados não agradou aos ex-presidentes e senadores José Sarney (PMDB-AP) e Fernando Collor (PTB-AL). Eles não só brecharam a

iniciativa da presidente Dilma Rousseff de aprovar a lei rapidamente no Senado, como defenderam sua reforma. Collor e Sarney afirmam que o sigilo eterno serve para proteger documentos relativos à construção das fronteiras brasileiras no início do século XX e à Guerra do Paraguai (1864-1970), guardados pelo Itamaraty. Sua divulgação, alegam, poderia criar embaraços com nos-



## Quando o pas s

A polêmica sobre os pretensos prejuízos causados p  
a edição de uma lei que pode dar aos brasileiro s

Leandro L

## NÃO À ABERTURA

Os retratos oficiais de Sarney e Collor quando presidentes. Eles afirmam que o sigilo eterno é importante para evitar embaraços diplomáticos

1998, Doratioto fazia pesquisas nos arquivos do Itamaraty, quando viu estagiários abrindo latas com novos documentos sobre a Guerra do Paraguai. Pediu e obteve acesso. Havia no acervo uma cópia de um Tratado da Tríplice Aliança (união entre Brasil-Argentina-Uruguai, que combateu o Paraguai), uma correspondência entre os governos do Brasil e da Argentina e cartas do ditador paraguaio Solano Lopez sobre problemas de saúde de seus soldados. Nada muito relevante. Oficialmente, o Itamaraty afirma que todo seu material sobre a guerra já é público. O Exército também nega ter documentos da guerra que justifiquem segredo eterno. “A documentação militar referente à Guerra do Paraguai encontra-se arquivada no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Toda documentação existente é ostensiva (*não há grau de sigilo*), podendo ser consultada no acervo digital”, afirma o Exército, em nota.

**Os perigos que poderiam** estar embutidos na divulgação das informações históricas sobre a construção das fronteiras também são controversos. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi o diplomata responsável pela fixação de parte das fronteiras nacionais no início do século XX. Rio Branco liderou a disputa com a França, em que o Brasil ganhou terras na fixação da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Em outra negociação, com a Argentina, obteve parte dos territórios de Paraná e Santa Catarina. O capítulo mais delicado, no entanto, teria ocorrido durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Refere-se às negociações do Barão do Rio Branco com a Bolívia para a assinatura do tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil obteve o território que hoje é o Estado do Acre. Os bastidores da negociação poderiam causar problemas com o governo boliviano hoje. “Minhas preocupações se referem aos documentos históricos da formação do país”, diz Sarney. “Isso não podemos mexer. Nenhum país faz isso.” Por causa do projeto de lei, o Itamaraty está fazendo um levantamento em seu acervo de ►

# sado atrapalha

pela divulgação de documentos históricos atrasa  
s mais mecanismos para fiscalizar o governo

Loyola

os vizinhos. “Não podemos fazer o Wiki-Leaks da história do Brasil”, disse Sarney, em referência à organização que se tornou famosa por divulgar na internet documentos secretos. Há duas semanas, Collor esteve com Dilma em um almoço e expressou as mesmas preocupações sobre o projeto.

É fato que houve massacres na Guerra do Paraguai – como em todas as guerras.

Em 2002, o historiador Francisco Doratioto publicou *Maldita guerra*, o livro mais completo sobre a Guerra do Paraguai. Doratioto não acredita, porém, que os documentos do Itamaraty guardem fatos novos importantes. “Isso virou lenda urbana”, afirma Doratioto. “Os arquivos do Itamaraty sobre a Guerra do Paraguai são públicos e já foram estudados por muita gente.” Em

documentos históricos, no Rio de Janeiro. Há cerca de 50 milhões de páginas de documentos – secretos ou não – produzidos entre 1808 e 1960. O trabalho vai determinar se há documentos tão sensíveis como se diz. Até agora, nada que possa causar constrangimento ao país, e justifique celeuma e sigilo eterno, foi encontrado. O Itamaraty defende que o sigilo de documentos secretos dure no máximo 50 anos e é contra o sigilo eterno.

A pretensa questão histórica impede que a parte mais relevante da lei avance. Entre outras coisas, a Lei de Acesso à Informação obriga os governos federal, estaduais e municipais a publicar na internet dados da administração. Cria órgãos de recurso para obrigar o governo a cumprir a lei. Faz com que os cidadãos possam acompanhar e fiscalizar os governos de perto. “O governo federal tem até bons mecanismos, mas Estados e municípios não têm quase nada e resistem a isso”, afirma Cláudio Weber Abramo, diretor da Transparência Brasil. “Por causa da questão dos documentos históricos, a lei pode ser totalmente descaracterizada.”

Em um pronunciamento na quinta-feira passada, Collor sugeriu modificações nos mecanismos que tornam o Estado mais transparente. Defendeu que os governos não sejam obrigados, mas tenham a “possibilidade” de tornar disponíveis informações aos cidadãos na internet. Isso seria um retrocesso em um país que já acumula vários atrasos na questão da transparência dos documentos públicos. “O Brasil é uma liderança e deveria estabelecer um novo padrão de transparência”, afirma o historiador americano Peter Kornbluh, analista do Arquivo de Segurança Nacional, entidade que luta pela liberação e organização de documentos

## Transparência na América Latina

Na comparação com nossos vizinhos, o Brasil precisa melhorar muito

Em escala que vai de 1 a 3

México	2,7
El Salvador	2,6
Guatemala	2,4
Chile	2,3
Nicarágua	2,3
Peru	2,0
Honduras	1,9
<b>BRASIL</b>	<b>1,8</b>
Equador	1,7
Panamá	1,7
Uruguai	1,7
República Dominicana	1,5

Fonte: Gregory Michener

históricos em todo o mundo. Hoje, no entanto, o título de dono da lei mais moderna de acesso à informação da América Latina está com o México (*leia o quadro acima*).

Todo documento oficial é produzido com dinheiro público – desde o papel usado até o salário do funcionário que o fez. O cidadão que sustenta o Estado com pagamento de impostos tem o direito de saber o que é produzido com seu dinheiro. Algumas nações mais avançadas nesse campo encaram a situação assim (*leia o quadro abaixo*). Países como Austrália, Canadá e Nova Zelândia mantêm sites públi-

cos, a partir dos quais os cidadãos podem obter os dados que quiserem. Podem pedir documentos sobre a atuação do governo de plantão. Agências independentes, protegidas da influência dos políticos e com recursos orçamentários garantidos, fiscalizam se o governo cumpre a obrigação de fornecer todas as informações pedidas.

Implantar e manter o cumprimento de leis de acesso a informações não é fácil. Em 1966, os Estados Unidos adotaram o Freedom of Information Act. A lei só pegou mesmo em 1974, após uma campanha da imprensa, com a ajuda do Congresso. Durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), a Agência Central de Inteligência (CIA) conseguiu abrir uma brecha na lei, que permitia esconder documentos sobre operações especiais. Recentemente, o presidente Barack Obama baixou um ato em que afirma que “nenhum documento deveria permanecer classificado indefinidamente”.

Há poucos dias, no entanto, o governo Obama usou a Lei de Espionagem para acusar cinco suspeitos de vazarem documentos secretos. Em 1999, o Reino Unido aprovou seu Freedom of Information Act. Mas o governo trabalhista do primeiro-ministro Tony Blair adiou sua aplicação por cinco anos. A lei só foi realmente posta em prática, nos moldes atuais, a partir de 2004. “O sigilo é um dos poderes mais fortes da burocracia governamental”, afirma o cientista político Gregory Michener, da Universidade do Texas. “Preservar o sigilo é um instinto básico de políticos e burocratas. Achar com ele é ceder um pouco de poder.” Abrir mão desse naco de poder é, portanto, uma lição que os políticos e os burocratas brasileiros precisam aprender. ◆

## Não há sigilo que dure para sempre

Cerca de 90 países têm leis de acesso à informação



### ESTADOS UNIDOS

O Freedom of Information Act obriga o Executivo a publicar documentos em 25 anos. Em casos raros, são guardados por 50 anos. O governo está implantando um site para dar acesso a dados públicos



### INGLATERRA

A lei é mais abrangente que a americana, pois obriga também o Legislativo e o Judiciário a publicar informações. Os documentos mais sensíveis são liberados após 30 anos



### CANADÁ

Foi um dos pioneiros no e-gov, a iniciativa de colocar todos os dados do governo e serviços na internet. Uma entidade com orçamento independente fiscaliza se o governo cumpre a lei de acesso



### NOVA ZELÂNDIA

É considerado um dos países mais transparentes do mundo. Praticamente todos os serviços estão na internet. É possível pedir relatórios fiscais simplificados ao governo



### CHILE

A lei obriga o governo a fornecer, em 20 dias, informações aos cidadãos, que podem pedir dados sobre funcionários públicos, salários e contratos. Documentos secretos são guardados por



### MÉXICO

Documentos secretos só podem ficar longe do público por 12 anos. Informações sobre abusos de direitos humanos não podem ser mantidas em segredo